

RESENHA DO LIVRO: LINGUAGEM “NEUTRA”: LÍNGUA E GÊNERO EM DEBATE

Élidi Preciliana Pavanelli-Zubler¹
Bruna Vitoria de Moraes Campos²

Todes, amigues e ile são exemplos de palavras que estão em pauta nos últimos tempos. Esses termos, empregados na linguagem neutra, ganharam notoriedade não apenas em grupos que decidiram utilizá-la por suas características inclusivas, mas também entre aqueles que tentaram hostilizar e rechaçar seu uso. De fato, a linguagem neutra tornou-se alvo de ataques de grupos conservadores e chegou a ser tema de leis em âmbitos municipais e estaduais nos últimos anos. Cabe ressaltar que todas essas leis, assim que chegam à suprema corte brasileira, são vedadas por sua constitucionalidade, pois não cabe a estados e municípios legislarem sobre a linguagem utilizada pela nação, muito menos legislar sobre o que deve ser abordado nas escolas.

Em meio ao caos das disputas políticas pelo uso ou não uso da linguagem neutra e pela avalanche de exposição às tecnologias e redes sociais que a pandemia de Covid-19 causou na sociedade, os professores Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero compreenderam que era hora de reunir diferentes especialistas para discutir o uso dessa linguagem. Assim, organizaram o livro *Linguagem “Neutra”: língua e gênero em debate* publicado pela editora Parábola em 2022.

Composto por nove capítulos, o livro é um convite para que professores, estudiosos da área de linguística e quaisquer outras pessoas leiam o que os especialistas têm a dizer. Não traz conclusões ou posicionamentos determinantes, mas explicações científicas sobre esse fenômeno que ocorre com a língua viva e em movimento.

O livro está organizado de modo a trazer, inicialmente, discussões mais teóricas articuladas às experiências vivenciadas em diferentes contextos. Assim, os seis primeiros capítulos apresentam arcabouços teóricos articulados com exemplos práticos

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem pela UFMT. Professora de língua portuguesa da rede estadual de Mato Grosso. E-mail: elidipavanelli@gmail.com

² Graduada em Letras pela UFMT. Professora de Língua Inglesa da educação básica. E-mail: brunavitoria13@hotmail.com

dentro dos estudos linguísticos. Já os três últimos apresentam situações que ocorrem na sociedade, discutindo projetos de leis contrários, a favor e a prática em sala de aula.

O primeiro capítulo, intitulado *O gênero e o gênero*, foi escrito pelo renomado linguista Sírio Possenti, professor titular da Unicamp, especializado em análise do discurso. Possenti propõe um *pot-pourri* com um cruzamento da questão gramatical com a questão social do gênero. Dessarte, seu capítulo inicia com percepções pessoais enquanto professor que abordava com seus alunos os problemas da língua e apresenta uma tabela que circula nas redes sociais em que constam substantivos masculinos e femininos (cão/cadela, vagabundo/vagabunda, puto/puta) e seus respectivos significados. O autor alerta que a versão feminina da dupla é sempre derrisória e frequentemente associada ao campo da sexualidade.

Ainda em seu capítulo, Possenti traz tópicos em que aborda as vozes da gramática, da linguística, do povo e do vácuo. O autor critica o fato de que não são consideradas aspectos culturais e ideológicos em muitas análises linguísticas e que tem ocorrido duas atitudes em relação à língua, a primeira é dos conservadores que querem uma língua imutável e a segunda é a dos sociolinguistas e historiadores que constatam e aboram as mudanças da língua. Mas Possenti traz uma questão nova, para ele existe uma intervenção voluntária e uma decisão política no uso da língua para produzir adaptações ou mudanças com objetivos definidos, como evitar a discriminação. Por fim, o autor alerta que suas reflexões como todos os discursos são situados e que sua simpatia por movimentos sociais e o momento da pandemia, que deixou mais evidente a importância da ciência, são fatores que precisam ser considerados em seu discurso.

O segundo capítulo do livro, *Reversão de gênero gramatical no português brasileiro*, é de autoria conjunta do professor doutor Heronides Moura, professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, e do mestre Guilherme Ribeiro Colaço Mäder, doutorando em Linguística na mesma universidade. No artigo, os autores discutem a reversão de gênero gramatical na língua portuguesa utilizada no Brasil. Esse fenômeno ocorre quando itens lexicais, pronomes ou marcações de gênero gramatical têm suas referências invertidas, como quando palavras tradicionalmente masculinas são aplicadas a mulheres e vice-versa. Moura e Mäder argumentam que a suposta neutralidade do masculino no português não passa de uma ilusão e mostram, com diversos exemplos, a persistente assimetria na reversão de gênero gramatical, onde

termos masculinos muitas vezes têm conotações positivas, enquanto os femininos carregam uma "condenação moral". Os autores apresentam exemplos extraídos de tweets, bem como as funções da reversão de gênero encontradas no português brasileiro. A análise parte da problematização da ideia de que o gênero grammatical masculino é neutro, questionando se isso é possível, dado que uma gramática com marcações de gênero grammatical serve para segmentar e organizar os seres humanos conforme determinadas categorias, sendo a principal delas a que separa homens e mulheres. Segundo os autores, não é possível ter uma linguagem neutra sob a perspectiva do gênero grammatical, uma vez que ele estabelece, inevitavelmente, uma divisão das categorias biológicas observadas no mundo.

Na sequência, os autores explicam as funções da reversão de gênero grammatical que são depreciativa, aproximativa e apreciativa. Eles apresentam exemplos no português brasileiro e discutem situações que ocorrem em outras línguas. Os autores evidenciam que a reversão de gênero grammatical tem predominância do uso apreciativo para palavras masculinas e depreciativa para as femininas e que o simples fato de existir a reversão de gênero é uma forte evidência de que nossa gramática não é neutra.

O capítulo três do livro, *Conflito de regras e dominância de gênero*, é de autoria da professora doutora Raquel Meister Ko Freitag, do departamento de Letras Vernáculas na Universidade Federal de Sergipe. Nele, a autora começa criticando a implementação da linguagem neutra com base nas recomendações do "Guia de Comunicação Inclusiva" da União Europeia. Embora o guia proponha mudanças para promover a inclusão, há falta de consenso sobre sua aplicação universal, já que as regras propostas para o uso da linguagem neutra são intervencionistas e podem ser excludentes, baseando-se em um modelo de linguagem que não necessariamente reflete a diversidade das comunidades de fala. A autora destaca que o uso de pronomes neutros, como "x/ile/dile", pode causar confusão e ser mal interpretado, gerando a sensação de uma nova norma imposta. Em adição, o capítulo menciona como a discussão sobre linguagem neutra foi amplamente noticiada, como exemplificado pela reportagem do "Estadão" e o impacto da linguagem neutra em ambientes educacionais.

Além disso, o artigo apresenta reações da sociedade e tentativas de legislar contra a linguagem neutra no Brasil, refletindo uma resistência significativa à mudança. Há uma preocupação com a substituição do gênero masculino genérico por uma nova

forma de neutralidade. A autora argumenta que a neutralização pode marginalizar certos grupos, como as mulheres, sem resolver adequadamente os problemas de inclusão. Conclusivamente, o artigo ressalta que a questão da linguagem neutra é complexa, envolvendo considerações culturais, sociais e políticas, e que não existe uma solução única. A adoção de novas formas de linguagem deve ser abordada com cuidado, considerando a diversidade de opiniões e necessidades na sociedade.

O capítulo quatro, *A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência*, de autoria da doutora Silvia Cavalcante, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, examina a introdução do gênero neutro na língua portuguesa, analisando exemplos coletados em textos de alunos e professores da Faculdade de Letras da UFRJ. Ela apresenta propostas para o sistema de gênero neutro em diferentes línguas e explica a mudança morfológica aplicada a substantivos, adjetivos e pronomes em português, visando reconhecer e validar identidades que não se identificam com os gêneros binários tradicionais. Desta forma, a classificação de substantivos e adjetivos como masculino ou feminino na língua portuguesa seria modificada para abranger o gênero neutro, propôs-se a utilização de sufixos como “e” ao invés de “a” e “o” (por exemplo, “alune” em vez de “aluno” ou “aluna”) para refletir uma neutralidade de gênero.

O texto também aborda os desafios desta mudança e como a língua portuguesa tem uma gramática estabelecida e normas que podem tornar a adoção do gênero neutro difícil. A resistência pode vir de quem prefere manter as formas tradicionais ou vê a mudança como complexa. No entanto, ela conclui que a prática do gênero neutro está se espalhando em vários contextos sociais, acadêmicos e profissionais, refletindo uma sociedade mais diversa e inclusiva. A autora destaca não só a alteração nas formas das palavras, mas também as implicações sociais e culturais dessa evolução na língua.

O capítulo cinco, *Feminismo, mídias digitais e linguagem inclusiva*, é de autoria conjunta de Anna Christina Bentes professora do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora CNPq, Rafaely Carolina da Cruz doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas e Carolina Jansen Gandara Mendes graduanda em Letras na Unicamp. No capítulo, são examinados os usos da linguagem inclusiva em textos produzidos por coletivos feministas em mídias digitais entre 2019 e 2021, focando na marcação de

gênero e nas formas de inclusão utilizadas. Foram analisados vários perfis de sites e páginas, observando como cada um usa a marcação de gênero.

No artigo, foram identificados os tipos de marcação textuais no uso coordenado de formas masculinas e femininas, a coordenação de três formas de gênero, a substituição dos morfemas tradicionais por um morfema neutro e o uso exclusivo de gênero feminino para especificar o grupo produtor do texto. A marcação coordenada de gênero, tanto binária quanto com três formas, é comum em textos destinados a audiências amplas e convites para eventos. Já a substituição dos morfemas tradicionais por -e é usada para criar uma linguagem mais neutra, mas é menos frequente. O uso exclusivo do gênero feminino é predominante, especialmente quando o texto é dirigido a um público que compartilha a mesma identidade. Desta forma, as autoras mostram que a diversidade de marcação de gênero é ordenada e qualificada discursivamente, resultando em um "estilo social" que diferencia quem utiliza a linguagem inclusiva e como a emprega.

O sexto capítulo, *Quem é ela? A invenção de um pronome não binário*, foi escrito por Danniel Carvalho, linguista da Universidade Federal da Bahia, que há mais de 20 anos dedica seus estudos aos usos de pronomes. Ele declara não adotar um rótulo de filiação teórica ou metodológica nesse estudo, mas o considera como um estudo crítico. Carvalho explora, no capítulo, a possibilidade de não marcar gênero na referência a diferentes corpos. Ele utiliza uma analogia valorizada na teoria e na descrição linguística para formular sua hipótese de trabalho: os valores de gênero atribuídos aos pronomes pessoais podem ser considerados logofóricos, pois representam uma atribuição reportada, funcionando como um instrumento representacional (Sells, 1987; Ameka, 2017). O autor percebe uma correspondência entre a marcação de gênero e a noção de logoforidade nos estudos gramaticais, capturada da ideia de discurso indireto ou reportado, ou, como descreve Jakobson (1971: 130), "uma fala dentro da fala, uma mensagem dentro da mensagem". Assim como no discurso indireto, o gênero, enquanto categoria gramatical, é um elemento representado na língua do ponto de vista de uma comunidade linguística, sendo assim um traço reportado, que dependerá do conhecimento dessa comunidade.

Ainda no sexto capítulo, com o objetivo de discutir o condicionamento das normas sociais para a adoção e implementação de um pronome não binário, Danniel

Carvalho faz uma breve análise sobre o papel social da marcação linguística de gênero, destacando a arbitrariedade de suas funções neutralizadoras em certas sociedades ocidentais. Para isso, são apresentados exemplos de distribuição de gênero nas línguas do mundo, mostrando como isso geralmente ocorre a partir de apenas dois valores, o feminino e o masculino, e abordando as tentativas de algumas línguas de introduzir formas não binárias nesses sistemas. A partir dessas discussões, o autor explora algumas tentativas de introdução de um pronome não binário com o objetivo de despolarizar os valores de gênero em algumas línguas, além de analisar por que uma tentativa no Brasil não foi incorporada ao vernáculo. O texto é finalizado com reflexões sobre a adoção de uma justiça de gênero nas línguas em detrimento da neutralização.

No sétimo capítulo, *Projetos de lei contrários à “linguagem neutra” no Brasil*, Fábio Ramos Barbosa Filho, um dos organizadores do livro e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa seis projetos legislativos que tentam proibir o uso de linguagem neutra. Ele inicia a discussão pontuando que “as línguas sempre entretêm alguma relação com os espaços políticos, com os territórios e com a vida material das diferentes sociedades históricas” (p.143), alertando-nos que há uma série de gestos políticos ocorrendo ao longo dos séculos no Brasil, e ele examinará mais um deles, a linguagem neutra.

Barbosa Filho declara tentar não opinar ou dar veredito sobre os projetos, mas apenas desconfiar, principalmente desconfiar de que não se trata de um debate linguístico-gramatical, mas de um debate semântico. Assim, ele examina os Projetos de Lei, avaliando alguns pontos em comum, suas argumentações e defesas. O autor consegue fazer uma interessante análise desses projetos e nos oferece reflexões sobre as verdadeiras intenções por trás deles, questionando quem está perdendo ou o que se está perdendo com o avanço da linguagem neutra. Barbosa Filho apresenta suas conclusões em vastas reflexões sobre as intenções desses projetos, concluindo que há sobretudo um fascismo linguístico que considera a língua como um meio de propagação do que chamam de ideologia de gênero.

Mara Glozman, pesquisadora e professora do Instituto de Linguística da Universidade de Buenos Aires, na Argentina, é a autora do oitavo capítulo desta obra, *Contribuições para intervir na esfera pública: projeto de lei sobre a linguagem inclusiva de gênero*. Ela apresenta os objetivos, parte do processo e analisa segmentos

de texto do projeto de lei sobre linguagem inclusiva enviado à Câmara dos Deputados da Nação Argentina, projeto que foi elaborado em parceria com uma deputada nacional, sua equipe e uma comissão de assessoria técnica da qual a autora do capítulo faz parte. Inicialmente, ela problematiza a situação e apresenta algumas questões que afetam a sociedade argentina, o que se assemelha muito às questões da sociedade brasileira. Em seguida, apresenta um pouco da fundamentação teórica que alicerça o Projeto de Lei. A autora procura mostrar que a circulação de variadas e diversas formas linguísticas coexistentes na sociedade pode contribuir para a promoção da pluralidade, liberdade de expressão e garantir direitos já instituídos.

Por fim, no nono e último capítulo, *A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa na escola*, Samuel Gomes de Oliveira, doutor em Letras e professor de português no município de Canoas, no Rio Grande do Sul, aborda a aplicação das regras de neutralização de gênero no ensino de português. O capítulo começa abordando uma questão central, que não diz respeito aos linguistas, mas sim aos professores de língua portuguesa: qual deve ser o papel da linguagem neutra no ensino da língua portuguesa nas escolas? Além disso, explora quais são os deveres dos professores de língua portuguesa, que são os profissionais responsáveis pelo ensino da linguagem na formação básica dos cidadãos, em relação ao uso da linguagem neutra. O autor argumenta que a linguagem neutra deve ser incluída no currículo escolar, pois é um tema de grande relevância social, facilita a compreensão do poder simbólico da língua e pode servir como uma prática reflexiva enriquecedora. Oliveira apresenta reflexões e oferece sugestões práticas para os professores que desejam incorporar este tema em suas aulas.

Em síntese, compreendemos que o livro aqui resenhado oferece uma análise abrangente e multifacetada sobre a implementação e as implicações da linguagem neutra no português brasileiro. Composto por nove capítulos, a obra reúne especialistas que abordam o tema a partir de diferentes perspectivas, incluindo análises teóricas, estudos de caso, e debates legislativos. A linguagem neutra, frequentemente alvo de controvérsias e legislações conservadoras, é discutida com profundidade e rigor acadêmico, sem conclusões definitivas, mas oferecendo um panorama abrangente das questões envolvidas. Os capítulos exploram desde as origens e motivações sociais da linguagem neutra, passando por exemplos práticos e análises discursivas, até as reações

legislativas e sociais à sua implementação. A obra evidencia que a questão da neutralidade de gênero na linguagem é complexa, refletindo tensões entre preservação linguística e inovação inclusiva.

Em última análise, o livro nos oferece reflexões críticas sobre o papel da linguagem na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, reconhecendo a importância de considerar as diversidades e especificidades culturais na adoção de novas práticas linguísticas.

Por fim, julgamos importante relatar que conhecemos este livro em 2023 e o utilizamos em um curso que nós, autoras desta resenha, ministraramos a professores sobre abordagem de gênero e sexualidade na educação. A obra nos foi bastante útil, especialmente no módulo do curso em que tratamos da linguagem neutra. Assim, ficamos com vontade de compartilhá-la com mais pessoas e encontramos uma forma através desta resenha. Procuramos não entregar todos os detalhes, deixando um “gostinho de quero mais” para instigar novas leitoras e leitores.

Referências

BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. (org.) A. *Linguagem “neutra”*: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

Recebido em: 05/08/2024

Aceito em: 20/02/2025